



MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

EDITAL Nº20/2017

ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, FAZ SABER QUE:

1º Foi instaurado a Maria Rosa Claudino, com último domicílio conhecido na Av. Dom João VI, Pechão, em frente à Friogilão, em Olhão, o processo de contra-ordenação n.º 5/2017, pela seguinte acusação: aos 04 dias do mês de Janeiro de 2017, pelas 09h00m, nas traseiras dos blocos 6 e 7 da Rua da Armona, na freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, foi verificado pela Esquadra da PSP de Olhão, que se encontrava, a deambular, um equídeo, do sexo feminino, de cor branca, pertencente à arguida, em apascentamento, sem que o(a) proprietário(a) do terreno tivesse dado autorização escrita ou verbal para tal, conforme participação, que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida;

2º Pelo exposto a arguida infringiu o disposto na alínea a) do artigo 16.º do Regulamento sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em espaço público, o que constitui contra-ordenação punida com coima graduada de € 100,00 a €2.500,00, nos termos do n.º 1 do artigo 17º, sem prejuízo de, caso o infrator seja pessoa coletiva os montantes mínimos e máximos se elevarem para o dobro e de poderem ser agravados os montantes mínimos e máximos em 1/3 em caso de reincidência (n.º s 6 e 7 do citado artigo 17º);

3º Em virtude da incerteza do lugar onde se encontra a arguida, considera-se que fica a mesma notificada, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, para os efeitos previstos no artigo 50.º do Regime Geral das Contra-Ordenações (RGCO),

S.



R.

MUNICÍPIO DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, de que dispõe de um prazo de 15 dias a contar da data da afixação do presente edital, para deduzir resposta por escrito à matéria que lhe é imputada, juntar documentos probatórios, arrolar até 3 (três) testemunhas por cada facto e/ou requerer outras diligências que considere pertinentes, podendo ser representado, querendo, por advogado;

4º Mais se informa que a determinação da medida da coima será feita em função da gravidade de contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação (art. 18.º do Regime Jurídico das Contra-Ordenações), pelo que solicitamos a V. Ex.ª a apresentação de cópia da última declaração do IRS;

5º Caso a notificada não apresente defesa à matéria dos autos, decidir-se-á com base nos elementos constantes do processo e conforme for de direito.

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt).

Olhão, sede do Município, aos 2 de Março 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Olhão

(António Miguel Ventura Pina)

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que os serviços afetos à Divisão Administrativa e Contratação Pública, procederam à afixação do presente Edital, composto por duas páginas, nos termos das alíneas d) do nº 1 e b) do nº 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

Olhão, 08 de março de 2017

A Chefe da Divisão Financeira



Madalena Rosa